

REFLETINDO A PRODUÇÃO FAMILIAR

Ailton José Meneghini¹
Vera Maria Favila Miorin²

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos a produção familiar vem sendo motivo de discussões polêmicas, teses e debates, mas certamente muitas dúvidas sobre ela ainda permanecem no meio acadêmico.

Como unidade de produção é entendida como uma área de terras que propicia a uma família trabalho com dignidade, sobrevivência, progresso social e econômico. No entanto ela é mais do que isto ao desempenhar um papel decisivo no conjunto da economia regional e contribuir para a geração de grãos no país.

A unidade de produção familiar, ainda que marginalizada por políticas específicas, convive com o grande capital ao entrar em seu mercado e estar a serviço deste capital. Na maioria das vezes produz de acordo com o interesse de grupos econômicos que necessitam seus produtos e de sua força de trabalho para realizar na complexa circulação do capital.

As tantas contradições que envolvem a produção familiar, têm levado a indagações quanto a sua existência e permanência ao longo da história e diante das constantes mudanças políticas e econômicas sofridas até o momento.

Contudo ela é vítima de uma estrutura fundiária, comercial e financeira injusta, mas sobrevive a tudo e, em alguns casos se desenvolve-se.

No caso específico do Rio Grande do Sul, a produção familiar historicamente definiu as bases da ocupação da terra e do desenvolvimento da sociedade agrária camponesa no Estado e constituiu uma organização sócio-econômico-espacial, como bem caracterizou PRADO Jr. (1977), do tipo "*sui generis*" e escreveu VIEIRA & RANGEL(1993), "o tipo de povoamento e organização social do espaço geográfico

¹ Aluno do Curso de Geografia/UFPM, Bolsista da FAPEROS - Iniciação Científica.

² Professora do Departamento de Geociências/CCNE/UFPM e Pesquisadora do CNPq.

riograndense condicionaram, de início, o estabelecimento de pequenas unidades agrícolas de subsistência. Diferenciando a ocupação do leste e oeste do Rio Grande do Sul". A denominação usada por Vieira ainda que, identificando o que se denomina de minifúndio, o autor está se referindo a produção familiar de consumo e comércio. Por motivos de tal natureza deve-se procurar uma caracterização correta e uma única definição evitando confusões no tratamento da produção familiar rural.

O desenvolvimento do capitalismo no campo tem sido estudado não apenas como um processo exclusivo de proletarianização, mas também como um processo de subordinação crescente da produção familiar rural ao capital industrial, financeiro e comercial, GOODMAM, (apud CALZAVARA, 1985:63).

Nesse enfoque se insere a questão da modernização da agricultura brasileira, entendida como a incorporação das atividades agrárias ao modelo industrial de produzir ao estilo empresarial de gerir a unidade produtiva e aos padrões urbanos de vida. MÜLLER, (apud CALZAVARA, 1988:63), ressalta que a modernização não se reduz apenas as esferas tecnológicas e econômicas, se entrelaçando com outras esferas da vida social, provocando transformações na sociabilidade das forças produtivas.

O processo de modernização da agricultura brasileira gerou uma série de consequências, culminando em uma nítida diferenciação entre "duas agriculturas". De um lado, a agricultura moderna, tecnicada, empresarial e capitalista; de outro, a agricultura tradicional, de subsistência e familiar, VEIGA, (apud CALZAVARA, 1985:63).

Diante do processo evolutivo que marca a identidade da produção familiar, pretende-se fazer algumas considerações e melhor conhecê-la.

2. ANÁLISE DAS DEFINIÇÕES: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Para CHAYANOV (1976), a produção familiar é um mundo diferente formado por elementos com características próprias e capaz de estabelecer um padrão de relações sociais distintas do restante da sociedade. A produção familiar é auto-suficiente

e sua organização interna se define em função do consumo, da produção, do grau de sociabilidade e da ajuda econômica mútua dos membros da família.

É perceptível a valorização da hierarquia familiar, pois é geralmente o pai que exerce o comando do processo produtivo da unidade de produção. Também fica claro para CHAYANOV (1976), que a economia familiar não é um modo de produção como vemos no capitalismo e no socialismo, mas sim como um modo de produção particular privado, porém subordinado e inserido no sistema dominante e adaptado às regras gerais do movimento da determinação da formação econômica vigente.

Neste aspecto o modo de produção familiar é compatível com a economia capitalista, mas desde que não seja rompida a relação de produção exclusiva interna da unidade onde se destaca o trabalho familiar, principalmente, também não se constitui em um grupo social homogêneo e nem compõe uma classe social distinta.

O que existe na verdade na produção familiar é uma grande diversidade quanto aos modos de exploração da força de trabalho dos membros da família por terceiros, fora do sistema produtivo interno da unidade e isto se dá no momento da comercialização do produto e através de sua circulação no sistema econômico geral. Sabe-se que este processo pode ocorrer em diferentes tipos ou níveis de unidades produtivas familiares, sobre os mais diferentes tipos e sistemas de produção desenvolvidos na unidade de produção familiar.

O caráter próprio, original e histórico da produção familiar reside na natureza de sua intensiva força de trabalho desenvolvida e no modo pelo qual se dá a sua reprodução no interior do modelo de produção capitalista.

Analisando os fatores de produção do meio rural: terra, trabalho e capital, verifica-se que a unidade de produção familiar se define pelo excesso de força de trabalho como forma de compensar a falta de capital e, assim, buscando resguardar as possibilidades de rendimentos necessários a continuação de sua reprodução enquanto unidade de produção econômica e social. O trabalho em seu interior é definido como abundante, subempregado e, ao mesmo tempo, ocioso.

Segundo CHAYANOV (1974), a situação econômica da família nas unidades de produção se avalia segundo alguns critérios propostos:

- Rendimento global da unidade produtiva;
- Reposição dos meios de produção;
- Rendimento líquido da unidade produtiva.

Essa assertiva é destacada por CHAYANOV (1974: 44), como:

"é acima de tudo a composição da família que define os limites máximo e mínimo do volume de suas atividades. A força de trabalho das unidades da economia doméstica esta completamente determinada pela disponibilidade dos que, na família, estejam aptos para trabalhar. ... o problema econômico básico de uma unidade agrícola é a correta e solidária organização do trabalho anual, estimulados pela necessidade básica de cobrir o orçamento familiar anual, e pelo desejo natural de poupar ou investir capital se as condições econômicas de trabalho o permitirem".

O elemento chave para demonstrar o equilíbrio trabalho-consumo é a correlação entre o tamanho da família e a área cultivada, tendo em vista capacidade de cultivo da terra e do tamanho da família.

O autor também via na composição etária o melhor indicador para expressar as relações existentes, em nível de unidade familiar produtiva, entre o trabalho efetuado e o consumo exigido para garantir a sobrevivência da família. Para o autor, estas relações passam pelo que se chama de "relação braços e bocas".

CHAYANOV (1974), explica melhor o trabalho-consumo quando analisa o trabalho na unidade de produção familiar sob a ótica das relações de exploração capitalista. Para o autor a unidade de produção familiar deve ser considerada diferente sob a ótica da economia capitalista devido a ausência da categoria salário em seu comportamento econômico.

A circulação de capital no interior da unidade de produção familiar ocorre distintamente da forma de relação capitalista, como Marx já analisou e por isto se diz ser a unidade de produção familiar uma relação econômica não-capitalista instalada

no seio de uma economia capitalista. Esta contradição é aceitável como viabilizadora das relações de produção e fluxo centro-periferia (dominação-subordinação) alimentadoras da circulação do capital e portanto da acumulação no interior dos espaços de relação.

A organização do espaço das unidades de produção familiar se contrapõem a economia capitalista, porém com ela convivem estabelecendo suas relações comerciais e de circulação da produção. Convivendo com a exploração, através da produção, ao permitir que a acumulação do capital, pelo sobre trabalho da produção, escape da esfera de sua dominação e se instale no interior das economias capitalistas, resultando na ausência de capitais no meio rural.

CHAYANOV (1974), ao estudar os detalhes dessa organização econômica viu, além de uma dedicação profunda e específica, que no desenvolvimento das relações ocorrem problemas no interior das organizações, mais especificamente entre os elementos e os fatores. O autor também entendeu que ocorrem com frequência desajustes na remuneração da força de trabalho empregada nas unidades produtivas.

O modelo proposto por CHAYANOV (1974), no plano de organização da unidade familiar de produção veio contribuir para que estudos posteriores demonstrassem que a saída para a superação está na sua melhor organização.

No entanto deve-se lembrar que esta superação estudada por Chayanov parte de um material estatístico, rico em conclusões empíricas prioritizadoras daquelas relações produtivas com o capital e portanto da *reprodução do capital* que tende a estabelecer o equilíbrio interno da unidade familiar de produção segundo o estabelecimento de relações de dominação e de subordinação.

Ao concluir CHAYANOV (1974), propôs que com qualquer nível de tecnologia e segundo uma situação particular de mercado, a família é capaz de controlar sua terra e o trabalho se conseguir um aumento intensivo de capital de exploração. Pois a maior parte das unidades de produção familiar não possuem reservas de capital, uma vez que muitas famílias manejam suas propriedades sem capital adequado. As diferenças de capital são determinantes para estabelecer o nível sócio-econômico, capacidade e autonomia produtiva da unidade familiar.

Observando estas diferenças, CHAYANOV (1974), pode reconhecer tipos de produtores familiares: os pequenos produtores autônomos, os produtores que dependiam de auxílio para realizarem sua produção, conforme as condições ambientais e da flutuação da balança comercial para produtos cultivados e aqueles que não conseguindo realizar a produção em nível de comercialização permaneciam com culturas de subsistência para a família.

CHONCHOL (1986), foi outro autor que mereceu estudo devido ao seu pensamento sobre a produção familiar. Na verdade ele trata do campesino, ao se referir ao homem proprietário, residente no meio rural e produtor vivendo neste meio e dele retirando o sustento para si e sua família. Considera que a unidade familiar de produção que vive da exploração da terra e se constitui em uma unidade, dita primária e básica da sociedade, compõe o que chama de "economia camponesa".

O campesinato portanto para o autor se constitui em um grupo social que apresenta quatro características essenciais e interligadas:

- a exploração agrícola familiar como unidade essencial e multifuncional da organização social;
- o cultivo da terra e a criação de animais como principal meio de vida;
- uma cultura tradicional específica intimamente ligada às formas de vida das pequenas comunidades rurais;
- a subordinação ao poder de entidades sociais externas da comunidade social campesina.

Por outro lado a autosuficiência das aldeias de uma sociedade de economia campesina não é absoluta, pois ela se relaciona com um universo mais amplo através de dois caminhos:

- através das relações entre diferentes aldeias que ampliam as relações sociais e econômicas e;
- das relações de dominação que entra nas aldeias estabelecendo a hegemonia política e cultural das entidades superiores e a exploração dos campesinos.

Podendo ocorrer pela ação dos latifúndios do Estado (imposição), do comércio ou através da ação dos donos do capital (domínio).

A manutenção da entidade camponesa depende da existência de uma certa autonomia, no interior da unidade camponesa não se distingue produção e consumo. Todo o sistema de produção está orientado para a reprodução da unidade. E, por isso, o grupo familiar é marcado por *ações coletivas* internas à sua organização e divisão do trabalho, onde cada família adapta suas características de sexo e idade dos elementos as condições de trabalho.

As diferenças que distinguem as unidades de produção não se dão apenas em nível das relações com o mercado, mas também, quanto também devido as diferentes formas de organização interna, diante da disponibilidade para gerar a produção.

Isso permite afirmar que as famílias campesinas são unidades produtoras e de consumo que encontram na agricultura sua fonte de subsistência e onde o maior capital é o próprio trabalho. A produção tem sua natureza determinada pelas necessidades de consumo da família e também pela manutenção da exploração da terra, ainda que por obrigações assumidas com órgãos externos, sustentadores ou não do poder político e econômico.

Também se pode afirmar que a divisão do trabalho na exploração campesina está ligada a estrutura demográfica familiar (número de indivíduos existentes) e adaptada às condições de sexo e idade dos diversos membros da família.

O poder de decisão, isto é, a superestrutura do poder, se encontra fora de seu alcance, uma vez que os produtores não detém o controle político. Ao contrário são controlados pelas imposições dadas pela superestrutura do poder. Eles deverão procurar aceitar e, com as forças produtivas de dominação, estabelecer relações de produção capazes de garantir sua sobrevivência no mercado produtivo e de circulação das mercadorias.

Nas afirmações de CHONCHOL (1986), a economia familiar se estabelece por regras de funcionamento particular e está relacionada aos diferentes modos de produção sem desaparecer do contexto econômico.

Desse modo as necessidades monetárias manifestadas a partir da chegada da economia de mercado nas aldeias campesinas rompeu as relações de bens de troca e impôs relações de mercado, entre forças de produção campesinas e forças de produção capitalistas, criando a contradição já observada por CHAYANOV (1974), quando analisa as relações existentes entre estes "dois mundos": econômico: campesinos e capitalistas. Esta relação entre distintas economias somente pode ser explicada pelas heranças culturais, pelo modo de vida dos grupo humanos e das necessidades impostas pelo meio de vivência que aproximam as manifestações sócio-econômicas em torno de relações de mercado.

Na questão cultural se observa que o comportamento econômico e as ideologias dependem de inúmeros fatores e que é difícil concebê-los como uma simples função de valores culturais.

Ao finalizar o estudo, CHONCHOL (1986), observa que desde o início do século XX, ocorreram muitos debates seguidos de conflitos originados no interior das comunidades camponesas e intimamente ligados aos processos de reforma agrária e necessidades de gerar novas relações de mercado. Estes conflitos foram marcantes no México, Chile, Peru, Colômbia, Nicarágua, Guatemala, Cuba, Bolívia e Brasil, onde políticas modernizantes propunham mudanças para atingir o desenvolvimento dos territórios. Como resultados tem-se a implantação de políticas de modernização no campo e seu atrelamento ao conjunto das economias no processo produtivo global desses países.

Em ABRAMOVAY (1992), as diferenças que distinguem os produtores familiares entre si, se estabelecem nas relações com o mercado, na forma de organização interna da produção e diante da disponibilidade dos meios de produção. Ainda em ABRAMOVAY (1992), as transformações sociais na agricultura, ocorrem devido ao desenvolvimento de sistemas e técnicas modernas que passam a ser incorporadas ou não pelos agricultores sob qualquer condição do sistema produtivo e do tamanho da propriedade. Na verdade trata-se de incorporar ou não o "progresso técnico" e isto ocorre para uma parcela de pequenos produtores familiares com níveis de eficiência

superior e com condições de formação de renda líquida. Aqueles produtores que apresentam dificuldades de formação de renda, possuem maior dificuldade para incorporar tecnologias, progresso técnico e estabelecerem produção e comercialização de caráter industrial. Para o autor ainda aparecem um terceiro grupo constituído por pequenos produtores sem formação de renda líquida e em situação de empobrecimento crescente e acelerado.

Quanto ao caráter de pobreza e ineficiência que a produção familiar possui em países da América Latina o autor argumenta: em todos os países em que a agricultura se desenvolveu, ela contribuiu de maneira importante para a distribuição da renda e, nestes países, as unidades familiares de produção tiveram papel decisivo na economia. A empresa familiar rural, longe de representar atraso econômico ou resquícios do passado, foi o núcleo da própria modernização do campo nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e na Europa continental. Com relação a América Latina, não há qualquer razão histórica que contribua para a visão atual dominante no Brasil e em outros países que entende ser agricultura familiar sinônimo de precaridade técnica, estagnação econômica e miséria social.

Em seu estudo, ABRAMOVAY (1992), também observa alguns pontos básicos sobre a existência no interior da família camponesa dos elementos geradores de sua conduta específica, os quais não correspondem à racionalidade capitalista. O balanço entre o trabalho e o consumo e a composição demográfica da família, demonstram as decisões econômicas do homem rural.

ABRAMOVAY (1992), observa que: no capitalismo há uma integração crescente dos valores e da sociedade rural ao mercado, chegando a subverter os elementos que constituem a produção familiar e eliminando o equilíbrio entre trabalho e consumo como fator determinante das decisões econômicas que se concentram na agroindústria, seja ela capitalista ou cooperativa. Desse modo o agricultor familiar moderno só existe por que se constitui em um adequado fornecedor de trabalho gratuito para a agroindústria. Percebe-se que não há diferença entre os agricultores tradicionais e modernos, havendo apenas a idéia de trabalhador para o capital. Embora não seja o

produtor da agricultura familiar um proletário, ele cumpre a função de um assalariado. É esta concepção instrumental das formas sociais que se deve estudar e comparar com auxílio para a reflexão sobre a questão da produção familiar da agricultura diante da subordinação do sistema dominante capitalista.

Ainda em ABRAMOVAY (1992), na análise da produção familiar da agricultura no contexto econômico onde ela se desenvolve há possibilidades de ser asfixiada obrigando o camponês a se despojar de suas características constitutiva ao ver enfraquecidas suas bases objetivas e simbólicas constitutivas da reprodução social do grupo rural. No entanto a produção familiar moderna cria par si um abismo social devido ao desenvolvimento produtivo a que se vê ligada, por querer adaptar sua estrutura de uso da terra às exigências do progresso técnico a serviço de uma economia cada vez mais especializada e concentrada.

O autor manifesta sua preocupação com o futuro da produção familiar agrícola, ao indagar sobre a atual estrutura produtiva do capitalismo agrário brasileiro, se ela será capaz de progredir no quadro de rebaixamento a que está submetida ou, se para levar adiante uma política durável de redistribuição de renda o seu padrão de crescimento terá que ser modificado.

Segundo ABRAMOVAY (1994), a diferença básica em outros países diz respeito ao objetivo central das políticas fundiárias. Elas nunca foram fundamentalmente distributivistas, mas sim "produtivistas". Trataram de adaptar a estrutura de posse e uso da terra às exigências do progresso técnico.

Em suas conclusões indaga se é real que a modernização foi baseada na agricultura familiar de pequena produção e admite a existência de um verdadeiro abismo social entre agricultura familiar moderna e aquilo que, habitualmente, se entende por pequena produção.

Segundo ABRAMOVAY (1992), o ambiente onde se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês obrigando-o a se despojar de suas características constitutivas e assim minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. O autor entende a permanência de uma

definição precisa e específica de camponês. Sem o que é impossível entender o paradoxo do sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila, irremediavelmente, a produção camponesa, eleva a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento.

Para entender melhor a questão e aprofundá-la, notadamente nos estudos de LAMARCHE (1993), que trata do modelo original do campesinato brasileiro (produção familiar da agricultura), diz que se pode afirmar de maneira geral, que ela surgiu no Brasil em situação precária; estando, jurídica, econômica e socialmente sob o controle dos meios de produção e, em especial da terra. Nasceu sob um caráter onde rudimentar de sistemas de culturas regionais e de "técnicas" de produção, onde a pobreza da população engajada nessa atividade foi manifestada pela grande mobilidade social ocorrida ao campo da história de ocupação do espaço nacional.

A produção familiar em seu sistema e comparando-a ao conjunto dos agricultores brasileiros se encontra muito heterogênea, variando de uma região para outra e até mesmo na mesma região, onde diferentes combinações de uso da terra, de meios de produção de força de trabalho são encontrados. Isto vem afirmar a diversidade da lógica produtiva da exploração familiar no Brasil.

Quanto a identidade social do produtor familiar na agricultura, ela se resume em duas categorias centrais, segundo LAMARCHE (1993): a de "produtor rural" e a de "trabalhador rural", dependendo das disparidades regionais, tanto geográficas quanto das culturas assumidas pela população. Sendo assim pode-se entender que atuam também as políticas agrícolas direcionadas ou não para o sistema de produção regional.

LAMARCHE (1993), realiza algumas conclusões sobre as explorações familiares na Tunísia que podem servir para uma comparação a situação brasileira:

- a diversidade das estruturas e dos sistemas de produção, das lógicas sociais que orientam a prática da agricultura e do destino da produção (subsistência e comércio);

- a baixa inserção dos agricultores no circuito dos créditos das instituições e de comercialização organizada, o que na realidade se constitui em uma restrição ao funcionamento das explorações mas que garante, uma maior autonomia;

- uma forte imbricação das atividades agrícolas e não-agrícolas e, em consequência, do rural e do urbano surgida tanto nas práticas quanto na imagem da atividade contribuindo para forjar uma identidade específica do agricultor tunisiano;

- a fraca estruturação dos sistemas sociais locais, nas quais se insere a atividade agrícola e onde se exprime, particularmente, a ausência de uma identidade local que caracterize o mundo rural;

- o papel predominante do Estado no funcionamento do setor agrícola e a tímida capacidade dos agricultores em se organizarem como grupo de pressão;

- a importância das restrições (fundárias, financeiras, climáticas, técnica, etc) das quais os agricultores se ressentem assim como das estratégias adotadas para fazer frente a elas; isso se traduz particularmente pelo sentimento de uma grande autonomia na prática da atividade e da capacidade de essas explorações assegurarem sua reprodução.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO FAMILIAR

Baseado nas leituras do pensamento de CHAYANOV, CHONCHOL, ABRAMOVAY e LAMARCHE, pode-se estabelecer algumas considerações sobre produção familiar, no que diz respeito a elementos inerentes a sua formação e que compõem suas características primordiais no meio rural produtivo.

Ao estabelecer e determinar os detalhes de certos fatores e elementos existentes na produção familiar identifica-se a saída como econômica. Quanto mais intensivas forem as atividades concentradas na força de trabalho mais se percebe que apesar do esforço da análise, os autores não conseguem identificar com a clareza necessária o problema deste segmento produtivo, pois a estrutura política e econômica na qual eles estão inseridos é complexa e por vezes interfere sobre alguns elementos estabelecidos na contradição dificultando uma melhor explicação e análise. Assim,

apontar soluções propriamente definitivas no processo produtivo da produção familiar, parece algo que ainda se deve encontrar através de mais estudos e reflexões no tempo.

No pensamento de CHAYANOV (1974), observa-se que ele analisa a produção familiar como um mundo diferente, composta por fatores e elementos com características únicas e capaz de estabelecer um padrão de relações distintas a parte da sociedade. Isto porque ele viu uma atividade que apresenta auto-suficiência na sua organização interna e define-se em função desses elementos como sendo: a produção, o grau de sociabilidade, consumo e ajuda mútua dos membros da família. Os fatores distintos e indispensáveis que participam da unidade econômica campesina os quais toda e qualquer atividade deverá considerar continuam sendo a terra, o capital e a força de trabalho. Para CHAYANOV (1974), o fato de esta produção desenvolver atividades concentradas no trabalho provocam uma distinção maior.

Dos elementos existentes, muitos ainda fazem parte da ordem interna ou externa da unidade econômica em seu processo e identificam que a falta de uma melhor organização no interior, e na estruturação e na intensa força de trabalho desprendida pela família, contribuem para o desequilíbrio do interior da unidade produtiva. O Estado também assume seu papel frente a esta econômica, assim vista por CHAYANOV(1974), como particular e privada e, arcando com certas consequências da conjuntura. Cujos resultados podem chegar ao aniquilamento dos seus recursos, os quais deveriam permanecer no interior da unidade de produção garantindo a manutenção, aumentando as condições de comércio e de circulação da produção no seio da conjuntura econômica de mercado.

CHONCHOL (1986), vê a produção familiar como uma economia que também segue regras de funcionamento particular e se relaciona com diferentes modos de produção. Onde sua manutenção depende de certa autonomia e, em sua base interna, não se define a produção e o consumo. Ainda observa que todo o sistema produtivo se orienta em direção da reprodução das unidades de produção, onde o grupo familiar está marcado por ações coletivas no interior de sua organização e na divisão do trabalho. Desse modo, cada unidade familiar adapta sua capacidade de força de trabalho conforme

as características de sexo e idade dos elementos (também estudados e considerados por Chayanov), porém sempre buscando satisfazer as necessidades básicas da unidade familiar camponesa de produção.

CHONCHOL (1986), observa em seu estudo a presença de características essenciais entre si e que atuam nos diferentes grupos familiares e também sobre as relações sociais e econômicas cujos vínculos são ampliados intensivamente.

Observou-se que CHONCHOL (1986), faz sua análise de estudo sob uma perspectiva mais sociológica da unidade camponesa de produção familiar, entende como importante e necessária a valorização do elemento humano e a sua justa luta pela manutenção e conquista da terra, garantindo seus valores e costumes.

Deixa claro que as constantes imposições de políticas econômicas desagregam a natureza social existente forçando a produção familiar a assumir outro caráter, alheio a sua essência.

As formas de dependência impostas pelo poder dominante coincidem com as lutas sociais dos camponeses que têm suas economias exauridas. A descapitalização existente no meio rural sem precedentes não permite qualquer chance ao produtor inaugurar uma nova ordem do poder político-econômico sustentado sobre economias de rápida circulação do capital que marginalizam economias camponesas e delas se servem apropriando-se de seu produto. Isto é regra geral para as economias de produção familiar na agricultura dos países em desenvolvimento.

Em ABRAMOVAY (1992), pode-se perceber que os paradigmas do capitalismo agrário estudados, deixam explícito que a produção familiar adquire uma marginalização e perda de identidade como classe social e expropriação da terra, como também que o descaso determinado pelas políticas agrícolas de subsídios não atendem a realidade no campo prejudicando a reprodução das relações produtivas do homem e da vida rural.

Por fim, entende-se que a ascensão econômica da unidade familiar de produção em sua base acontece pela intensa atividade desenvolvida pelos membros da família e do tempo gasto. A ausência das situações acima expostas fazem com que essas

unidades não consigam obter sucesso pleno no interior da economia nacional. Talvez ainda se deve observar outros elementos ou detalhes existentes na conjuntura das relações e ou na base das estruturas que a compõem. Mas com certeza as abordagens até aqui analisadas servem para orientar discussões polêmicas sobre o assunto.

A partir das considerações de LAMARCHE (1993), nota-se que muitas das características descritas sobre as explorações familiares da Tunísia se assemelham a certas regiões da realidade brasileira, apesar da questão agrária do Brasil assumir um caráter adverso e polêmico diante de outros países.

No entanto, qualquer proposta para um melhor desenvolvimento da agricultura familiar deverá ser conduzida a partir de trabalhos interdisciplinares e agroecológicos a exemplo de modelos alternativos de agricultura familiar. Este caminho é colocado como uma possibilidade de equilíbrio de renda para as unidades de produção familiar semi-descapitalizadas e que estão desaparecendo do cenário rural.

4. BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, R. - **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- CHAYANOV, A. V. - **La organización de la unidad económica campezina**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974. 345 p.
- CHONCHOL, J. **O modelo de alimentação dos países industrializados**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- CALZAVARA, O. - **Desenvolvimento da Agricultura Familiar**. PIPSA- SUL, Porto Alegre, 1994. (Artigo) 12 p.
- CADERNOS DE SOCIOLOGIA - **Produção Familiar, Processos e Conflitos Agrários**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.
- CADERNOS DE SOCIOLOGIA - **A Pesquisa Social na Agricultura do Sul do Brasil**. PIPSA - REGIÃO SUL. Número Especial, Out., 1994. UFRGS, 124 p.
- CAMPOS, I. - **A Pequena Produção Familiar e Capitalismo: um Debate em Aberto**. UFP - Belém, Paper do NAEA, 1994. 30 p.

- COSTA, F. A. - **O Investimento na Economia Camponesa: Considerações Teóricas.** UPF. Paper 8, Belém, 1993. 24 p.
- ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO - AGRICULTURA. Set., 1995. (artigo, 13 p.).
- GEORGE, P. - **Geografia Rural** - São Paulo: Difel, 1982.
- KARNOPP, E. - **A Pequena Produção Familiar Rural: Reserva para o Capitalismo em Expansão.** - Santa Maria: UFSM/CCR, 1995. 180 p. (Dissertação de Mestrado).
- LAMARCHE, H. - **A agricultura Familiar.** Campinas, UNICAMP, 1993.
- MARX, K. - **O Capital** - Civilização Brasileira, 3ª ed., Rio de Janeiro, vol. 3 1980.
- MARTINS, S. R. - **Límites Del Desarrollo Sostenible en América Latina en el marco de las políticas de (re) ajuste económico.** Pelotas: Editora UFPel, 1995. 129 p.
- MIORIN, V. M. F. - **Modo de Produção e Organização do Espaço Agrário: Uma Abordagem Teórico-Metodológica.** Rio Claro, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, 1988. (Tese de Doutorado)
- MÜLLER, G. - **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária.** São Paulo: Hucitec: EDUC, 1989 - (Estudos Rurais, 10).
- PRADO, JR. C. - **História Econômica do Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1977.
- PORTO, M. S. - **Capitalismo na Pequena produção Familiar no Brasil.** Montreal: Universidade de Montreal, 1986. (Tese de Doutorado).
- A QUESTÃO AGRÁRIA HOJE / Organizado por João Pedro Stédile. - Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFGRS, 1994. 322 p.
- SANTOS, M. - **A Urbanização Brasileira.** (Brasil urbano e Brasil agrícola e não apenas Brasil urbano e Brasil Rural, cap.7). Ed. Hucitec, São Paulo, 1993.
- SIDERSKY, P. - **Sobre a Especificidade do Pequeno Produtor.** - Textos para Debate 36, AS-PTA - Assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa. Rio de Janeiro, 1991. 22 p.

_____ - **Agricultura Familiar: uma opção para o Brasil.** Textos para Debate 53, AS-PTA - Assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa. Rio de Janeiro, 1994. 20 p.

SILVA, J.G. et ali. - **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira.** cap. 3, A Mão-de Obra nos Imóveis Rurais. Ed. Hucitec, São Paulo, 1978.

WILKINSON, J. - **O Estado, a Agricultura e a Pequena Produção.** São Paulo-Salvador, Hucitec, CEPA/BA, 1986. 219 p. (Estudos Rurais).

VIEIRA, E. F. & RANGEL, S. S. - **Geografia Econômica do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Sagra: DC Luzzanatto, 1993.

RESUMO: REFLETINDO A PRODUÇÃO FAMILIAR

O objetivo que fundamenta o presente trabalho é o de conhecer teoricamente com base bibliográfica, a saber: O que é produção familiar? E refletir na tentativa de dizer mais claramente: "Quem é ela"? "Como é ela"? "O que é ela"? A bibliografia pesquisada veio atender ao principal objetivo, analisando as obras de CHAYANOV, CHONCHOL e ABRAMOVAY, e outros, sobre a produção familiar na agricultura.

Palavras-Chave: Produção Familiar, Força de Trabalho, Agricultura Familiar.

ABSTRACT: REFLECTING FAMILIAR PRODUCTION

The main aim that substantiates this work was to know theoretically within a bibliographic basis the following: "What does Familiar production mean? And to reflect, trying to say on a more clear way: "Who is it"? "How is it?" "What is it?" The Bibliography that was used in this research came to meet our major goal, analysing CHAYANOV, CHONCHOL, ABROMOVAY and others, works about Agricultural Familiar Production.

Key Words: Agricultural Familiar, Production Familiar, Works Force.